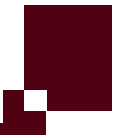


ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ELEMENTOS DE UMA DIALÉTICA E DIALÓGICA DO FRACASSO – CAUSAS POSSÍVEIS, CORREÇÕES NECESSÁRIAS, DESAFIOS INEVITÁVEIS

SOLIDARITY ECONOMY IN BRAZIL: ELEMENTS OF A DIALECTIC AND DIALOGIC OF FAILURE – POSSIBLE CAUSES, NECESSARY CORRECTIONS, UNAVOIDABLE CHALLENGES

Edson Marques Oliveira²



RESUMO

Realiza-se um estudo de caso sobre economia solidária entre Brasil e Portugal, tendo como ponto de partida uma experiência prática de incubação de tecnologias sociais e empreendimentos, na Unioeste, Paraná Brasil e Universidade de Coimbra, em Portugal. Ao estudar as causas do fracasso, identificou-se princípio e conceito da dialética e da dialógica do fracasso, e considerou-se esse momento como oportunidade de aprendizagem e não de derrota. Os principais resultados

apontam que os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade são afetados pelos processos de individualização gerados pela lógica do hiperconsumo, desequilíbrio entre competição e cooperação, distorção da ética da autenticidade, processo acentuado de satisfações pessoais, acima das realizações e necessidades coletivas, os quais comprometem a cooperação e a solidariedade numa perspectiva emancipatória, gerando assim um paradoxo da cooperação e seu enfraquecimento e fragilizando o sentido de solidariedade no contexto contraditório da sociedade do consumo, impondo a

¹ Professor associado, graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná curso de Serviço Social, Pós-doutor pela CES/UC/POSTRAD e Pós-doutorando pelo PPGAADM/UFPR, Doutor em Serviço Social pela Unesp, Franca-SP. Coordenador do Programa de Extensão Casulo Sócio-Tecnológico. Membro do Gepec/Unioeste. Apoio CAPES Bolsa Estágio Sênior Processo BEX 9449/13-2. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7211302835649885>.

necessidades de correções necessárias e confrontos inevitáveis.

Palavras-chave: Economia social; Política social; Fracasso; Dialética e dialógica; Economia solidária.

ABSTRACT

A case study on solidarity economy between Brazil and Portugal is carried out, starting from a practical experience of incubation of social technologies and enterprises, in Uniãoeste, Paraná Brazil and University of Coimbra, Portugal. In studying the causes of failure, we identified the principle and concept of the dialectic and the dialogic of failure, and considered this moment as an opportunity for learning rather than defeat. The main results indicate that the principles of self-management, cooperation and solidarity are affected by the processes of individualization generated by the logic of hyperconsumption, an imbalance between competition and cooperation, distortion of the ethics of authenticity, accentuated process of personal satisfaction, above collective accomplishments and needs, which compromise cooperation and solidarity in an emancipatory perspective, thus generating a paradox of cooperation and its weakening and weakening the sense of solidarity in the contradictory context of the consumer society, imposing the necessities of necessary corrections and inevitable confrontations.

Keywords: Social economy; Social policy; Failure; Dialectic and dialogical; Solidarity economy.

INTRODUÇÃO

O tema economia solidária recebe na atualidade uma atenção redobrada, seja pelo volume da produção teórica sobre o tema, bem como, das práticas e experimentos. A primeira observação a ser feita, para melhor clareza da reflexão que procuramos apresentar, é que ao falar em economia solidária, não há um marco conceitual definido, mas sim, uma miríade de conceitos e expressões, ou seja, ao falar de economia solidária, observa-se ações no campo da produção, dos serviços, das finanças, da gestão organizacional, das relações sociais e políticas, de ideologias, valores subjacentes a sua formulação teórica como ação prática, questões de gênero, religião, entre outros tantos.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta parte dos dados de um estudo de pós-doutoramento junto ao CES/ Universidade de Coimbra, em 2014 cujo objetivo maior seria analisar questão da economia solidária no Brasil e em Portugal. Trata-se de estudo de caso não comparativo, visto que as diferenças históricas dos dois países são brutais, bem como, as configurações dos problemas, mas se caracteriza, sim por ser um estudo comparado, ou seja, como está sendo o enfrentamento de problemas similares, como desemprego, pobreza, desigualdade e necessidade de gerar alternativas a esse enfrentamento, leva a constatação de ações diversas, entre elas da economia social em Portugal e a economia solidária no Brasil.

Como sinalizado, na economia solidária nota-se uma polissemia de entendimentos, a primeira constatação é que no Brasil o uso mais recorrente é do termo economia solidária e em Portugal,

o termo mais usual é economia social. Da mesma forma, existe a configuração da política de ambos seguindo seus respectivos modelos, no caso do Brasil, o órgão organizador é a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho desde 2003, sendo que está em andamento a confecção de uma lei para sua normatização, mas já existem leis de economia solidária em vários municípios, no site Saúde Ecosol, existe uma coletânea dessas leis². Existe uma estrutura organizativa da economia solidária, constituída de instâncias da política pública a partir da SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária, Rede de Gestores Públicos, Fóruns: Nacional, Estaduais e Locais, e dos Empreendimento Econômicos Solidários (EES) e as organizações de apoio (universidades, movimentos sociais, Igrejas, Ongs, OSCIPS, Fundações e Incubadoras).

Em linhas gerais, e junto ao órgão oficial representativo da economia solidária no Brasil, o entendimento sobre a mesma pode ser expresso da seguinte forma:

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da

inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário” (<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>).

Em Portugal, seguindo a direção da União Europeia, e o modelo da economia social, existe uma organização mista que coordena as ações e articulação das organizações da economia social, que assume papel renovado a partir de 2008, a CASES (Cooperativa António Sergio do setor cooperativo) é uma cooperativa de interesse público que agrega todas as organizações que compõem o setor da Economia Social, a saber: Associações Mutualistas, Misericórdias, fundações, instituições particulares de solidariedade social, associações com fins altruístas, entidades comunitárias e as empresas sociais. Em 2011 em Portugal, foi criado o Conselho Nacional de Economia Social (CNES), que tem uma função consultiva para o Primeiro ministro. Em 2013 foi publicada a Lei de Bases da Economia Social (LBES), Nesse mesmo ano, é lançado um documento oficial estatístico sobre o impacto da Economia Social. O referido documento denominado de “Conta Satélite da Economia Soliária” edição e a CASES, onde vemos que dados consolidados

⁶ <http://saudeecosol.org/biblioteca/biblioteca-de-leis-da-ecosol>.

de 2010 (www.inep.pt) mostram que a Economia Social, representou 2,8% do VAB (Valor Acrescentado Bruto) nacional, 4,7% do emprego total e 5,5% do emprego remunerado. Sendo que nesse setor existe a integração de cerca de 55 mil organizações atuando em vários campos, sendo que esses órgãos oficiais (INE e CASES) em Portugal, tem como base técnica o entendimento de Economia Social, o Relatório “The Social Economy in the European Union” no qual apresenta-se a seguinte definição de Economia Social:

Conjunto de empresas privadas, organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros através do mercado, produzindo bens e serviços, assegurando o financiamento, onde o processo de tomada de decisão e distribuição de benefícios ou excedentes pelos membros não estão diretamente ligados ao capital ou quotas de cada um, correspondendo a cada membro um voto. A Economia Social agrupa também as entidades privadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de adesão, que produzem serviços não mercantis para as famílias e cujos excedentes, quando existem, não podem ser apropriados pelos agentes econômicos que os criam, controla ou financiam.

Da mesma forma, nota-se que a produção científica e técnica segue tal proposição, (NAMORADO, 2014; SOARES, 2010) bem como, os cursos de formação e especialização profissional, como é o caso do curso de especialização da FEUC (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) e de outros com tal formação. Percebemos que existe um esforço em disseminar o conceito de Economia

Solidária em Portugal, apesar de que é nítida a predominância da abordagem da economia social, apesar e a exemplo dos esforços do CES (Centro de Estudos Sociais) como por exemplo, a criação do Ecosol – Núcleo de Economia Solidária (<http://ecosol.ces.uc.pt>), um número temático da Revista Crítica de Ciências Sociais, número 84, sobre Economia Solidária (<http://rccs.revues.org/378>) e um livro que dá ênfase a questão teórica e epistemológica da economia solidária (HESPANHA; SANTOS, 2011) além de outras publicações, encontramos sobre economia solidária em Portugal (VALENTIN, 2012).

Notamos também que tem surgido a utilização do termo, economia social e solidária, sugerindo o entendimento de que o conceito de economia solidária seria um avanço atual da economia social (MONTEIRO, 2004) sendo que economia social tem um forte apelo “conservador” e economia solidária, um apelo mais “revolucionário”.

Respeitando as diretrizes do evento para o qual o presente trabalho foi elaborado, vamos apresentar com maior evidência os dados referentes ao Brasil, fazendo eventualmente e quando conveniente, menção e referencia ao estudo comparado com Portugal.

Nesse sentido, constatou-se que no Brasil, o entendimento sobre economia solidária, segue vários pontos e nuances, sendo que os estudos de revisão bibliográfica, tanto teóricos e empíricos, apontam uma diversidade de entendimentos, mas é possível destacar duas direções básicas e nítidas. A primeira com um bloco de autores que são nitidamente, contrários e outros favoráveis, como podemos ver no quadro 01.

Favoráveis (defensores)		Contrários (críticos)	
Autores	Pontos defesa	Autores	Pontos de critica
Singer (2000)	Superação e contraposição do capitalismo	Quijano (2002)	Não acredita na ação emancipadora, amplia a ação para outras esferas da vida.
França Filho (2002)	Fenômeno plural	Vainer (2000)	Utopia experimental
Gaiger (2003)	Fenômeno emancipatório de produção e relações sociais.	Menezes (2007)	Projeto que favorece ao sistema capitalista e desarticulação a classe trabalhadora
Santana Júnior (2007)	Expressão renovado dos libertários operários e movimento social	Wellen (2008)	Precarização do trabalho.
Caraggio (2002)	Projeto Político	Bonfim (2001)	Uma ação paliativa face aos grandes problemas do capitalismo moderno
Tiriba (2008)	Movimento Social	Bertucci (2010)	Paradoxo entre o real e ideal no enfrentamento dos problemas do capitalismo.

Quadro 01 - Autores favoráveis e contra (críticos) da economia solidária.
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pinheiro, 2013; Calbino; Paula, 2013.

E dentro do grupo dos favoráveis e defensores, apontam a economia em múltiplas direções e conectando com uma multiplicidade de temas transversais, onde é possível destacar os seguintes eixos principais conforme se pode notar no quadro 2.

Eixos	Autores	Observações
Ideológico e político	Singer (2002), Taville, 2002, Arruda, 2002	Estratégia que pode superar o sistema capitalista e que em sua origem nos movimentos operários revolucionários do século XIX.
Ação Plural	França Filho, 2002, 2007; Gaiger, 2003	Fenômeno social plural que tem potencial emancipatório e forte capacidade de interação social.
Movimento social	Tiriba, 2008; Albuquerque 2003; Santana Junior, 2002	Movimento social de reordenação produtiva e representação da classe trabalhadora.
Tecnologia social e forma alternativa de gestão social	Vanda e Bocayuva, 2009 Mello e Mello, 2010	A economia solidária como produtora de novas tecnologias sociais como forma de inserção na economia convencional
Gênero e novas relações sociais no trabalho	Carolina e Toledo, 2010 Costa, 2011	A nova economia é expressão por novas relações onde a questão de gênero é central
Terceiro Setor e Empreendedorismo Social	Defoumy, 1999 Guitierrez, 1998 França Filho e Laville, 2004	As organizações para o campo social na economia são plurais e diversificadas, podendo ser uma cooperativa ou uma ONG.

Quadro 02 - Eixos de entendimento sobre Economia Solidária.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de várias fontes.

Outro ponto a ser destaque, quanto a miríade de entendimentos quanto a economia solidária, são outras expressões, ou proposições que destacam o econômico com o social, mas de forma epistêmica e etnológica diferenciadas, como é possível ver no quadro 3.

Essa diversidade de temas, autores e perspectivas, mostram que no Brasil é nítido que não existe consenso sobre o que seja economia solidária, muito menos sua plena aceitação. O que para alguns autores, como Bertucci (2010) podem criar barreiras para um formação científica

Expressão	Autores	Observações
Economia Social	França Filho, 2002b Morais, 2009 Andion e Serva, 2006	As múltiplas ações de enfrentamento ao desemprego e pobreza são vistos como formas plurais onde se incluem no arcabouço da economia social.
Economia Informal, Popular e dos setores populares.	Arroyo e Schuch, 2006 Kraychete, 2000	Formas que assumem um tipo de microprojetos individuais de produção e alternativa de transformação dos sujeitos.
Economia do Trabalho	Coraggio, 2002	Considera os microempreendedores, e os espaços domésticos como expressões desse tipo de economia
Socioeconomia solidária	Arruda, 2000 Lisboa, 2005	Por ser uma expressão da democracia participativa, e não burguesa, e desenvolver o bem-viver e desenvolvimento integral do ser humano.
Economia de Comunhão	Martins et.al, 2006 Leite, 2007	Expressão de cunho e lógica religioso, empresas capitalista mais justas, gestão com base na partilha, na ética e no respeito as pessoas envolvidas.
Ecosocioeconomia solidária	Sampaio, 2008	Abrange, além do econômico, as dimensões sociais, ecológicas e ambientais do desenvolvimento humano.

Quadro 03 - Expressões associadas a Economia Solidária
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de várias fontes.

solida, ou como Singer (2002, p. 56), que afirma: “[...] está falta de coesão, pode ser considerada positiva, por ser a Economias Solidária um ato de vontade de construir uma sociedade melhor.” O fato é que existe uma nítida disputa desse conceito e de sua prática, o que torna sua análise cada vez mais complexa e desafiadora. O que é reforçado pela especificidade de suas organizações, com veremos a seguir.

ESPECIFICIDADE DA GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como já sinalizado, na referida pesquisa de pós-doutoramento, estabelecemos como foco o estudo das dimensões do fracasso dos EES, e como dimensão a questão da gestão é a que mais emerge como principal ponto causador. E não é por menos, pois, como destacamos, os EES, independente da miríade de entendimentos que tenham, tem especificidades a serem consideradas.

Por exemplo, uma das maiores autores, Singer (2002b) destaca a questão da autogestão como sendo a principal característica da economia solidária, ou como ele mesmo expressa, a “empresa solidária”, sendo que a principal diferença da empresa capitalista seria a forma de apropriação e distribuição do excedente da produção e segundo, o exercício da democracia nos processos de decisão, alterando assim, as relações e organização do trabalho, e aproximando a ação manual da intelectual, ou seja, entre produção e gestão quebrando

assim a ordem de hierárquica. Denomina a forma de gestão da empresa capitalista de heterogestão e da empresa solidária de autogestão, marcando assim um divisor de águas quanto a natureza de cada tipo de empreendimento. Pelo menos em tese.

Ainda sobre essa marca da economia solidária, a autogestão, Azevedo (2003) destaca algumas características da mesma: i) caráter coletivo das experiências, generalização de relações de trabalho não assalariadas, ii) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos, etc.) e iii) inserção cidadã das iniciativas, ou seja, respeito ao consumidor, ao meio ambiente, a participação ativa, presença na comunidade, entre outras.

Ampliando essas especificidades, França Filho (2001) ressalta as seguintes peculiaridades dos EES:

- Pluralidade de princípios econômicos;
- Autonomia institucional;
- Democracia dos processos decisórios;
- Sociabilidade comunitária-público e;
- Finalidade multidimensional.

Nesse sentido, pensar a gestão dos EES é pensar necessariamente de forma diferente. Vários autores, defendem essa ideia da necessidade de ter outros parâmetros, tanto de análise como de avaliação dos EES, pois os que existem, são voltados para uma lógica de eficiência funcional, o que é aplicado nas empresas capitalistas convencionais, o que requer uma visão mais ampla, ou como sinaliza

Adion (2010) uma visão mais multidisciplinar, mais substantiva.

Reforçando essa visão e as ampliando a caracterização das especificidades dos EES, Magalhães et alli. (2004, p. 75) destaca uma série de fatores, de maior importância para essa reflexão, com destaque:

1. Gestão de recursos provenientes de fontes distintas – a redistribuição, o mercado e a reciprocidade;
2. Em um momento inicial, essas organizações tendem a se utilizar mais da reciprocidade, particularmente o trabalho sem remuneração;
3. O processo de profissionalização leva a uma diminuição dos recursos da reciprocidade e um aumento daqueles resultantes da interface com o mercado e com o Estado;
4. A oferta, a demanda e o preço são aspectos elaborados coletivamente pelos trabalhadores, usuários e voluntários;
5. O trabalho aparece como fonte de satisfação e engajamento pessoal, contrariamente à visão mecanicista e impessoal de trabalho apresentada pelas teorias tradicionais da administração;
6. O enraizamento na comunidade é produzido na prática, através da participação efetiva da comunidade na organização e de alianças e parcerias com outras organizações locais, o que, por sua vez, permitem uma ação conjunta sobre problemáticas comuns, gerando um forte capital social.

Essas especificidades, foram analisadas em nossa pesquisa verificando uma série de fatores relevantes que a partir dessas evidências, sinalizam outros desafios, que inclusive também vivenciado em Portugal e grande parte da Europa. Um bom exemplo é a crise do sistema cooperativo, onde se constata que as cooperativas em sua grande maioria, já não são mais cooperativas no sentido clássico e histórico do exemplo de Rochandeli, em outros termos, estão mais próximas do modelo empresarial.

Outro ponto é a crise de inserção de mercado, considerando que as organizações estão sujeitas ao processo competitivo, visto que apesar dos apelos ideológicos e históricos do cooperativismo, o fato cru e nu é que as organizações precisam sobreviver nesse cenário. Para essa constatação fizemos um estudo em que nos apoiamos em casos concretos, e também na sistematização bibliográfica sobre estudos de caso da gestão dos EES.

Como já sinalizado, a pesquisa de pós-doutoramento, no CES, deu centralidade no fator gestão dos empreendimentos de economia solidária (EES), sendo que no Brasil havíamos pesquisado cerca de 11 EES e uma Incubadora, e um estudo de caso em profundidade. Isso não foi possível realizar em Portugal, existe poucas Incubadoras, e as poucas que existem não tivemos acesso. Bem como, constatamos uma forte resistência em estudar outros EES, o que restringimos o estudo a um caso em Portugal e um no Brasil. O que foi completado pelo estudo bibliográfico sistematizado de cãs pais e conceito.

Tivemos como estratégia de abordagem, análise a questão do fracasso dos EES a partir de três configurações, a saber: contexto, organização e pessoas.

Essa reflexão, possibilitou várias inferências, entre elas o que estamos destacando no presente texto, a questão do fracasso dos EES ser encarado como um fator dialógico e não dialético. O primeiro entende-se como fim em si mesmo, sem contribuição efetiva, o que leva inclusive certa rejeição em analisar o fracasso, seja de forma consciente ou não, sentimos essa resistência ao longo de nossa investigação.

Já o entendimento como fator dialógico, leva a compreensão do fracasso como um momento e processo de aprendizado, vendo o que não deu certo, ou não está dando certo, e corrigir ou no dizer de Sennett (2009) na perspectiva do artífice, concertar o que não está funcionando.

É com essa perspectiva, dialógica que apresentamos essa reflexão sobre as possíveis dimensões do fracasso dos EES no Brasil, de correções necessárias e dos desafios inevitáveis a serem enfrentados por essa modalidade e temática, tão pulsante de nossos dias. Para tanto, e como já sinalizado, faremos uso de alguns dos dados obtidos na referida pesquisa no pós-doutoramento, como se segue.

SOBRE O CONTEXTO E AS DIMENSÕES DO FRACASSO DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLDÁRIA

A questão chave par essa análise, que em si é muito ampla, teve como delimitador temporal o período de 2003 a 2013, perfazendo assim dez anos. No tocante ao Brasil,

esse período coincide com o momento mais profícuo para a economia solidária. É o primeiro mandato do Presidente Lula e da criação de uma serie de organizações que darão vitalidade ao movimento e a política de economia solidária, entre eles a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária SENAES sob a coordenação do Prof. Dr. Paul Singer, que já era na ocasião um referência nacional e internacional sobre o tema.

No tocante ao contexto mais amplo, Europeu, esse período é marcado por forte crise financeira internacional, culminado com maior impacto no ano de 2008, e no caso de Portugal, com forte período de recessão principalmente pela implantação da Troica, plano de reforma da Comunidade Europeia sob a supervisão do Banco Mundial e o FMI, levando a um processo de desmantelamento do sistema de bem estar social, da singularidade gerando desigualdade, pobreza e desemprego.

Esse cenário recebe várias interpretações, por exemplo, Boaventura de Souza Santos, a partir da perspectiva da Epistemologia do Sul, afirma que vivemos um momento em que a Europa que ditou os rumos da história e da vida em sociedade, já esgotou suas possibilidades o que requer um novo paradigma, onde os saberes devem estar interligados (ecologia de saberes) e se deve ampliar e dar visibilidade ao que até então não teve valorização (sociologia das ausências) e criar novas propostas que não sejam ortopédicas, mais vitais ao interesse principalmente das minorias separadas pelo conhecimento abissal e colonizador (sociologia das emergências). É preciso potencializar os saberes populares, sem

desprezar o acadêmico, mas sobre tudo, dar valor a um melhor bem viver valorizando a participação popular, os saberes e novas formas de produção, entre eles, a economia social e solidária.

Essa perspectiva, explica em grande medida o crescimento do tema, bem como, da multiplicação das experiências em economia solidária, ou seja, existe uma emergência de novos saberes, novos experimentos que de fato superem as males historicamente criadas por um sistema que vem se alimentado da desigualdade e desvalorização saber e trabalho humano, principalmente das camadas pobres e excluídas.

Outro autor que sinaliza outras perspectivas explicativas do atual contexto, é Richard Sennet, principalmente em dois trabalhos, que fazem parte de um projeto de três estudos, que o autor denomina de Projeto *Homo Faber*, dando centralidade na reflexão sociológica da relação do ser humano com o pensar e o fazer manual. O primeiro trabalho que dá o suporte para esse pensar, é o *Artífice* (SENNETT, 2009) e na sequência *Juntos* (SENNETT, 2012), sendo que o terceiro ainda está em construção, por tanto não foi publicado. De modo elegante e profundo, o autor resgata a noção e valorização do trabalho manual, onde a relação pensar e ação prática sempre estiveram inseparáveis mas que os impactos da modernização provocaram forte mudanças nessa noção.

Em *Juntos* (SENNETT, 2012), de forma específica, o autor enfatiza a compreensão da cooperação humano como sendo uma habilidade, que é considerada nata do ser humano, mas que no contexto da sociedade moderna, e da nova cultura do

capitalismo sofre um processo de desabilitação. O autor dialoga com outras áreas de saber (psicologia antropologia, filosofia, arte e biologia) e com isso desenha uma reflexão brilhante quanto a capacidade humana de criar, mas também de destruir, mesmo que o discurso seja de construção. O exemplo da cooperação fraca que denota o uso do coletivo para benefícios particulares, que por sua vez gera uma solidariedade fingida. O que em muito temos constado no campo do estudo dos EES, como passamos a apresentar.

DIMENSÕES DO FRACASSO DOS EES, ENTRE O REAL E O IDEAL

Concernente ao estudo do fracasso dos ESS, relacionando, estudo empírico com estudo teórico, observa-se que o fracasso não é só notado quando o EES fecha as portas ou encerra as atividades. O fracasso pode ser notado também em EES que estão na ativa. Então temos dois tipos de fracasso dos EES. O primeiro denominamos de fracasso **objetivo**, e o segundo **fracasso subjetivo**. O primeiro é visível e material e concreto, e é causado, em grande parte por problemas de gestão, seja organizacional, financeiro, político, mas principalmente financeiro e pela falta de fator humano de qualidade (compromissado) e sustentabilidade (MOURA E MEIRE, 2002).

O segundo, fracasso subjetivo, não é tangível, e tem um componente emocional forte, que muitas vezes, não permite perceber o fracasso em si, ou até mesmo em não

aceitar, não acreditar no mesmo, pois está relacionado questões políticas e ideológicas, visto que tanto na produção, como no movimento da Economia Solidária no Brasil, a predominância é de ver a mesma como possibilidade de superação do capitalismo e movimento social revolucionário (SANTANA JÚNIOR, 2007, SINGER, 2002, TAUILE, 2002, ARRUDA, 2000).

Numa primeira sistematização do cruzamento dos estudos de meta-análise bibliográfica sistematizada sobre gestão e as dimensões possíveis do fracasso dos EES (OLIVEIRA, 2014), onde foram analisados uma amostra de mais de 107 artigos, sendo que 42% são de fontes de artigos de periódicos, 31% artigos de eventos científicos, 13% de teses de doutoramento, 10% de dissertações de mestrado, 2% de Trabalhos de Conclusão de curso.

E a partir das dimensões, sugeridas pelos especialistas e sinalizando

anteriormente, (ANDION, 1998, MOURA E MEIRA, 2002, FRANÇA E FILHO, 2004, FRANÇA E FILHO, 2002B, FRANÇA E FILHO, 2007, PINHEIRO, 2014) para uma análise mais específica de gestão dos EES, e que se difere da gestão tradicional, que podem ser expressar nas seguintes dimensões: social, econômico, político e técnico. A partir dessa diretriz, elaboramos uma planilha com foi elaborado oito indicadores e três variáveis de medição de identificação desses indicadores nos referidos artigos, sendo que essas variáveis foram: 0 quando não apresenta nenhum indicador, 1 = quando apresenta pelo menos um indicador, e 2 = quando apresenta todos os indicadores. Para cada trabalho/artigo, foi elaborado uma planilha de avaliação o que permite analisar os resultados dessa primeira etapa, como é possível ser observado no Quadro 04.

Indicadores	0	1	2
Social 1: Apresenta dados e informações que sinalizem os impactos e resultados de satisfação dos participantes	64	33	1
Social 2: Apresenta e indicado alterações que motivam as pessoas	66	31	1
Economico 3: Mostram e identificam elementos de valorização do trabalho.	69	27	2
Economico 4: Mostram e edificam elementos de valoriza humana acima da relação econômica/capital.	72	26	0
Politico 5: Mostra elementos que identifiquem os elementos de participação.	66	30	2
Politico 6: . Apresenta elementos que identifiquem o equilíbrio nas decisões	62	33	2
Técnico 7: Mostra elementos de medição e resultados precisos da produção e organização do trabalho, diferente do convencional.	67	30	3
Técnico 8: Apresenta elementos de estruturais diferentes das organizações convencionais.	70	25	2

Quadro 04 - Indicadores de gestão dos EES

Fonte: Elaborador pelo autor durante pesquisa pós-doutorado em 2014, no CES Universidade de Coimbra. (legenda: 0 = nenhum, 1 = parcial, 2 = total.

Como se pode observar, alguns dados são reveladores, principalmente quanto ao segundo tipo de fracasso, o subjetivo. Pois, nos principais indicadores que são a essência da Economia Solidária, as várias de não apresentação de elementos tem maiores índices de pontuação, principalmente nos indicadores 4 com 72%, 5 com 66% e 8 com 70% , sendo que os respectivos indicadores tem uma pontuação baixa em parcial e total.

Essas evidências apontam para uma baixa constatação dos estudos dos elementos que são vitais a manutenção dos EES dentro dos conceitos estabelecidos pelos autores que vem construindo a teoria da Economia Solidária. É importante ressaltar que a análise aqui não é feita com os parâmetros de gestão convencionais, mas específicos da Economia Solidária como sugerido pelos especialistas, mesmo assim, nota-se as limitações tácitas e a distância entre o que se diz (idealiza) e o que se faz (realidade).

E mais importante, essa metodologia da sistematização e da meta análise, correlacionado aos estudos de caso, corroboram efetivamente com os dados empíricos, mas de modo a ampliar o escopo de análise a partir de outros estudos de caso. Mostrando assim, que esses dados são confiáveis e são evidências de uma realidade tangível e factível da relação dos estudos sobre gestão dos EES.

Essas evidências mostram também que existe uma relação direta desses resultados com dois elementos fundamentais, que estão relacionadas diretamente ao imaginário social, dos militantes como dos trabalhadores. Por imaginário social, entendemos como Taylor (2004, p. 31), como:

[...] algo de muito mais vasto e profundo do que os esquemas intelectuais que as pessoas podem acoitar, quando pensam, de forma desinteressada, acerca da realidade social. Estou a pensar sobretudo nos modos como imaginam a sua existência social, como se acomodam umas às outras, como as coisas se passam ente elas e SOS seu congêneres, as expectativas que normalmente se enfrentam, as noções e as imagens normativas mais profundas que subjazem a tais expectativas.

O primeiro grupo, os militantes, absorve as ideias ditas revolucionárias e procura disseminar junto a população participante, já o segundo grupo, dos trabalhadores, por sua vez, sofrem a influência não só dessa relação, tanto imposta pelos militantes inseridos no governo que agem através das ações de política, como dos militantes que atuam nas organizações de apoio e nos fóruns.

No quadro abaixo ilustramos nesse sentido, o que temos percebido, empiricamente, com nos estudos em que se foca a questão do fracasso, tanto objetivo (fechamento do empreendimento) como fracasso subjetivo (quando os ideias não são vividos na prática). Defendendo assim, que uma das possibilidades de dimensões do fracasso seja a diferença desse imaginário social.

Militantes	Trabalhadores
Possibilidade de combate ao capitalismo	Possibilidade de trabalho e renda
Estratégia revolucionária	Estratégia de sobrevivência
Projeto ideológico	Projeto de sobrevivência

Quadro 05 - Imaginário social, militantes e trabalhadores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados pesquisados CES 2014.

Os dados do Quadro 01, e 02, mostram que existe na atualidade uma distância entre o que se propõe e idealiza em relação a performance real dos EES, no cotidiano, mesmo e principalmente considerando os parâmetros específicos, como a questão da autogestão, pois muitos elementos são apontados como limitadores da atuação dos EES, a começar pela dinâmica de mercado, que inevitavelmente deve ser enfrentado pelos EES. Pois, mesmo que se pense de forma diferenciada, esses EES estarão sempre inseridos em um contexto em que a dinâmica da competição, e se deparando com aspectos do individualismo e da sobrevivência, aliada a cultura e impactos da massificação do consumo. Estratégia essa usada até por governos ditos progressistas.

Uma das dimensões mais complexas, e por que não dizer paradoxal, é a constatação de que, ao mesmo tempo em que cresce o número dos EES, os mesmos estão eivados com a predominância de uma cultura da individualidade, da necessidade de sobrevivência imediata, e do desejo de acomodação (tranquilidade, segurança, garantias, conforto) e falta de profissionalismo principalmente quanto ao processo de gestão, e de EES em que os resultados são variáveis, insuficientes, e requerem

maior compromisso e comprometimento, levando muitos trabalhadores a buscarem outras alternativas, e formas de sustento.

Como mostra estudos como de Moura e Meire (2002) em que se constata como maior desafio da gestão dos EES a relação entre o pensar e o agir, ou seja: “[...] um primeiro desafio da gestão dos empreendimentos solidários; o aprendizado da gestão coletiva e a quebra do distanciamento entre produção e gestão.”

Em outros termos, a essência da proposta da Economia Solidária, que seria a autogestão, marcada pela cooperação espontânea, comprometida, descentralizada, democrática sem hierarquia, participativa e uma solidariedade efetiva, materializada no compromisso, na reciprocidade, não está ocorrendo, e encontra enormes problemas, culturais, técnicos e comportamentais.

Os problemas Culturais são amplos, e não caberia aqui aprofundá-los, mas pelo menos, sinalizar, como são colocados por vários autores, como Sennett (2006), em relação a nova cultura do capitalismo, onde se observa um processo de fragmentação dos poderes políticos governamentais bem como da própria vida das

peças, onde valores e prioridades são afetadas, principalmente, pela alteração da noção de tempo, dos rompimentos dos laços sociais, onde o viver está centrado no imediato, sem vislumbrar e pensar num futuro distante, cada um voltado para si, sem uma visão de bem-comum.

Ou ainda com restam os autores, Lipovetsky e Serroy (2010) que tratam da ideia de que vivemos um momento denominado de “cultura mundo”, onde os processos de globalização e mundialização assumem impactos viscerais em nossos dias. Entre eles destaca-se o processo de desorientação generalizada:

De forma mais generalizada ainda, o dinheiro-todo poderoso, o consumismo desenfreado e o universo superficial do entretenimento surgem como forças que arruinam os mais elevados valores morais: individualismo que se transforma em egoísmo cúvido, refúgio em si mesmo que anuncia o fim da solidariedade e da fraternidade, violência que se manifesta, tanto nas explorações do terrorismo, como na banalização da delinquência e da criminalidade, democracia sem paixão pela cidadania, mercado que tudo governa, direitos humanos desrespeitados (p. 29).

Isso em grande escala e medida, também e principalmente, atinge os vários atores da Economia Solidária. Por um lado os limitantes e idealistas, muitos vindos de uma caminhada seria e bem intencionados, de movimentos sociais, sindicatos e com base nos princípios revolucionários, viram a partir de 2002, no primeiro governo do Presidente Lula, a possibilidade de efetivação de um projeto revolucionário, o que se intensificou em 2003 com a criação da

Secretaria Nacional de Economia Solidária e o apoio e incentivo financeiro para capacitação e desenvolvimento de ações de âmbito nacional.

Reforçando essa constatação, que apesar de todo esforço militante e governamental, enfrenta na prática uma série de problemas quanto a implantação dessa lógica, como mostra estudos como de Onuma, Mafra e Morena (2012, p. 78) que ao investigar a questão da autogestão, a partir da visão de quem historicamente tem disseminado essa ideia, ou seja, representantes da UNITRABALHO, ANTAG e UNISOL, existem grandes barreiras, ou seja:

As diferentes percepções dos especialistas acerca dos desafios à prática da autogestão mostram que, mesmo para pessoas que se dedicam diariamente a fomentar a criação de novos empreendimentos solidários ou a prestar assessoria a organizações desse tipo, a autogestão ainda gera incertezas, uma vez que parece caminhar na contramão do que preconiza a teoria administrativa corrente. Essas incertezas quanto à aplicação da autogestão plena na prática se refletem em seu campo teórico, que a coloca ora como instrumento de modificação social, ora como aprimoramento do sistema vigente, nova concepção de trabalho ou, ainda, como nova forma de gestão.

As autoras ainda ressaltam que os estudos sobre autogestão ainda não observam o quanto disciplinas como a própria administração, reforça a questão da divisão entre quem faz e quem pensa, luta essa de grande mota para com a prática efetiva, pois vários estudos, honestos sobre autogestão, sempre apontam a dificuldade dos

trabalhadores exercerem a autogestão, como preconizado idealmente, ou seja:

Isso significa que as pessoas que têm estudado as organizações autogestionárias têm deixado de pensar nos importantes processos que os trabalhadores e trabalhadoras desses empreendimentos têm realizado no sentido da superação **de um preconceito** que a própria área da Administração ajuda a fomentar: a ideia de que **existem pessoas aptas a pensar** e decidir dentro das organizações e **outras que só são capazes de executar** metodicamente trabalhos não intelectuais.”(ONUMA, MAFRA E MORENA, 2012, p. 79) [grifo nosso].

Mas acreditamos que a questão não é taxar essa questão como preconceito. É preciso verificar que na prática, nem todo mundo quer liderar, quer estar à frente, assim como, nem todo mundo quer ser empreendedor, quer ser dono do empreendimento. Isso muitas vezes é interpretado como acomodação indolente, ou seja, preguiça. Ou até, como reflexo da lógica e cultura capitalista de comando hierárquico. Mas acreditamos que na verdade seja uma acomodação, mas não indolente, mas acomodação, como a melhor forma e conforto de levar a vida, em outros termos, nem todo mundo quer estar a frente de tudo, nem muito menos, ser revolucionários.

De igual forma, o fato de se disseminar a autogestão não significa que isso fará com que seja transformado o ambiente de trabalho, como mostra o estudo de Vilela, Carvalho Neto e Lopes (2008) onde se verifica que as lideranças de cooperativas, ditas solidárias, se mostram mais

autoritárias do que líderes de empresas capitalistas convencionais.

[...] dirigentes de cooperativas [...] têm um perfil mais autoritário de atuação, talvez justificada pela forma de escolha, nesse caso, se orienta primordialmente pelas questões políticas em detrimento, ou secundarizando as meritocracias, que ocorrem com mais frequência em empresas privadas.

Isso em grande parte explica por que os quadros de lideranças em cooperativas tem dificuldade de serem renovados. A anciã de impor uma ideologia e o vácuo no espaço por parte dos outros trabalhadores que não querem assumir a liderança. Tal constatação, afeta os conceitos básicos da autogestão, tais como comprometimento com os interesses coletivos e a lealdade, o que em estudos empíricos, como de Simioni et al. (2009) mostram que na prática a questão não se materializa conforme o ideal preconizado pelos estudos teóricos, ou seja:

[...] enquanto o **foco dos dirigentes** pretende uma modelação no comportamento do cooperado, no caso destes o foco é a modelação da cooperativa de acordo com os **interesses individuais**. Novamente é perceptível a questão do **oportunismo nas duas esferas**, dos dirigentes e dos cooperados, visto que a lealdade está condicionada à **manutenção do status quo de cada um, relegando os valores cooperativistas de igualdade, coletividade e solidariedade a um segundo plano**. (p. 759) [grifo nosso]

O que se percebe é que não há espontaneidade, de ambas as partes. Tanto de

quem lidera e principalmente de quem está vinculado a algum movimento político, ideológico e até partidário, onde deve impor ao grupo a ideia que defende, e dos trabalhadores, que por varias razões, nem sempre querem de fato assumirem qualquer postura, seja ela revolucionária, seja ela funcional, prevalecendo na realidade a manutenção a vida, do ganho particular, ou ainda de enviesar e/ou distorcer a questão de autogestão como forma absoluta de gestão solidária, como mostra o estudo de Pauli, Bender e Zanella (2013) sobre o perfil de liderança em EES, onde se contata, entre outras coisas:

Em geral, os entrevistados consideram qualquer ordem da por um gestor como algo condenável, necessitando pedir opinião de todos para tudo [...] Em relação ao aspecto da gestão, as lideranças apresentam muitas dificuldade em associar habilidade de gestão administrativa e financeira com os princípios da autogestão (p. 101).

POR QUE REPENSAR A COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE E TRABALHO COLETIVO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Para pensar esse tópico, podemos fazer outra inferência junto aos resultados parcialmente apresentados anteriormente, sobre as dimensões do fracasso dos EES, é da constatação de um tipo de luto ideológico. Essa ideia surgiu com a constatação acima sinalizada, com a convivência de mais de 20 anos no campo social e da leitura da obra de Slavoj Zizek,

“Viver no fim dos tempos (ZIZEK, 2011) onde o autor faz uma serie de análises sobre a questão do saudosismo socialista comunista do Leste europeu, e da recusa da atual sociedade em aceitar que vivemos tempos apocalípticos sob o manto do liberalismo consumista e individualista. Cita e utiliza a teoria da psicóloga suíça, Elisabeth Kübler-Ross das cinco fases do luto para tratar dessa nostalgia ideológica. Entendendo que luto, não se restringe a perda de um ente querido, mas a qualquer tipo de perda. Mas o principal comportamento que identifica processo de luto, é negar desesperadamente esse processo, seguido de outros quatro comportamentos, como ressalta Zizek (2011, p. 14):

[...] **negação** (nos simplesmente nos recusamos a aceitar o fato: Isto não pode estar acontecendo, não comigo); **raiva** (que explode quando não podemos mais negar o fato: “ Como isto foi acontecer comigo?); **barganha** (esperança de poder adiar ou diminuir o fato: “ Deixe-me viver até meus filhos se formarem”); **depressão** (desinvestimento lobidinal: Vou morrer, então por que me preocupar?); e **aceitação** (Já que não posso lutar, e melhor me preparar.) [...]. [grifo nosso]

Segundo Zizek, que também é psicanalista, as pessoas necessariamente não vivem todas as fases e nem necessariamente nessa mesma sequencia. O fato que queremos ilustrar com essa proposição, é que os dados, tanto empíricos, vivenciais e estudos teóricos sistematizados, mostram que existe sim uma dissonância quanto o que se produz teoricamente, e o que de fato tem sido desenvolvido no campo da economia solidária no Brasil.

Em outros termos, militantes/governos e intelectuais que advogam uma ideologia revolucionária, com base nas experiências do século 19, impõem a uma população que tem um imaginário social oposto, ou seja, eivado de uma cultura onde esses elementos do coletivo, da militância revolucionária, e da solidariedade de cima para baixo, e da ditadura do coletivo, e negação da individualidade, não tem mais espaço e nem aderência por parte da população em geral, e de grande parte dos trabalhadores dos EES em específico. Como temos constatado em nossas experiências. No quadro 06, apresentado no tópico anterior, apresentamos essa diferença entre os atores principais e a diferença de imaginário social. Abaixo, no quadro 7 repetimos o mesmo, só que acrescentando os desdobramentos desse processo, face ao que estamos argumentando quanto a do porque da necessidade de repensar as questões de cooperação, solidariedade e trabalho coletivo.

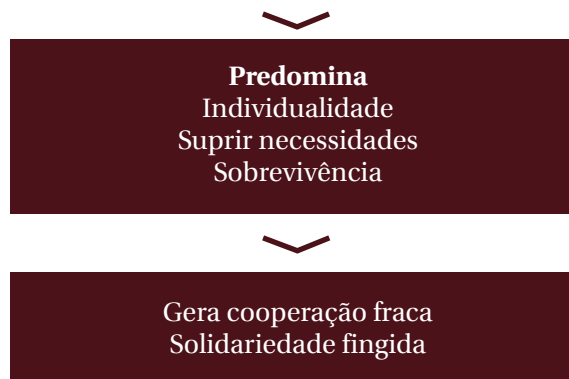
O que de fato vigora, é a competição, o suprimento imediato de necessidades, da possibilidade do consumo e da realização pessoal/individual. Isso faz com que, muitos grupos estejam juntos, mas com finalidades individuais, cooperam para ter o que isoladamente não conseguem, mas quando conseguem se afastam como sinalizado por Sennett (2012) e que faz surgir a chamada cooperação fraca e solidariedade fingida.

Não aceitar isso, é viver a primeira fase de um processo de luto, a negação. É preciso, nesse sentido viver o luto por completo, ver as evidências do fracasso, abandonar o velho, e o que não funciona, e propor um novo modo de ver e fazer a gestão dos EES.

O que pode ajudar a viver esse luto-ideológico, é partir para a fase cinco, do processo de luto, ou seja, a aceitação, e para isso, é preciso considerar as individualidades, o jogo e processo entre cooperação e competição que existe e é

Militantes	Trabalhadores
Possibilidade de combate ao capitalismo	Possibilidade de trabalho e renda
Estratégia revolucionária	Estratégia de sobrevivência
Projeto ideológico	Projeto de sobrevivência

Quadro 06 - Imaginário social dos atores da Economia Solidária e seus desdobramentos



inerente ao ser humano principalmente quando se propõe a fazer algo junto (NARDI E RODRIGUES, 2009; SNYDER E LOPES, 2009), encarar com serenidade e autocrítica honesta (DEMO, 2002) os paradoxos e ambiguidades do trabalho solidário e cooperativo (LIMA, 2009, PALMIRE E BRANCO, 2004; LEITE, 2009), sabendo que esse processo é vivido em meio a uma gama de paradoxos de um contexto em que prevalece a competitividade e a força das relações psicossociais (SATO, 2014) que devem ser consideradas.

O que remete a considerar outras abordagens, que iluminam a compreensão do comportamento do ser humano, tal como a biologia, a neurociência, ciências cognitivas, entre outras, que ajudem a ampliar a cosmovisão de análise do ser humano como ser vivo, que depende de encontrar o que Rocha (2013) chama de o “equilíbrio do ciclista”, ou seja, caminhar continuamente respeitando a dinâmica da vida e a busca de seu equilíbrio necessário para o seu desenvolvimento humano justo e digno.

E para isso, é preciso, primeiro aceitar esse processo, e encarar o fracasso dialogicamente, e olhar com novos olhos, ou seja, aprender com esses fatores de fracasso, mais do que, com os casos de “sucesso”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo do presente trabalho e alinhando ao tema do evento que motivou sua criação, ressaltar elementos que fizeram parte de um estudo comparado

Brasil e Portugal sobre o fracasso dos empreendimentos de economia solidária, tendo como base, tanto elementos de experiência empírica, no campo de incubação de empreendimentos, como do estudo teórico sobre o tema.

Procuramos ressaltar os dados em relação ao Brasil, onde podemos verificar que entre as causas possíveis do fracasso dos EES estão os fatores tanto técnicos como políticos e ideológico, bem como, de inserção de contexto competitivo que ainda é a sociedade em que essas experiências estão sendo efetivadas. Mas chama a atenção à distância entre a produção teórica, principalmente de cunho político-ideológico, e o imaginário dos trabalhadores em relação aos militantes e apoiadores da economia solidária, o qual de nominamos de luto-ideológico, que pode ser um dos fatores a serem corrigidos para superação do fracasso, tanto objetivo, como subjetivo.

E como desafios inevitáveis, destacamos a relação da inserção dos EES no mercado, mesmo que a ideia seja romper ou lutar contra esse modelo, a contradição entre autogestão e heterogestão é um fato, sendo que o ideal da autogestão fica mais no campo teórico do que prático. Outro ponto é a necessária criação de um estilo próprio de gestão, de avaliação e de condução adequada ao modelo de empreender no campo da solidariedade e da cooperação, que no dizer de Sennett (2012), deve estar centrado na cooperação dialógica, e não dialética, pautada na cooperação e solidariedade de baixo para cima, espontânea e de fato prazerosa, com resultados efetivos e não paliativos, com consciência da ação e não só na defesa meramente de ideias de

grupos que muitas vezes estão em outra direção do imaginário de seus participantes.

É preciso considerar que as pessoas também são cooperativas, mas também competitivas, e que seja necessário à busca do equilíbrio desse processo, que pode e deve ser efetivado junto a um aprendizado cotidiano, franco, aberto e considerando o fracasso como modo de aprendizado, tanto quanto os exemplos de “sucesso”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de um a problemática. **Revista Administração Pública**, v. 32.n. 1, p. 70-84, 1998.

ARROYO J.; SCHUCH F. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. **Economia dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 199-223.

AZEVEDO, Alessandra B. A. Inovação Tecnológica em Empreendimentos Autogestionários: Utopia ou Possibilidade? In: **Colóquio Internacional sobre Poder Local**, 9, 15-19 de junho de 2003, Salvador, Bahia. Anais do IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, 2003.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Universidade de Brasília, 2010.

BOMFIM, A. M. **Economia Solidária e o “fim” das utopias**: estudo sobre os empreendimentos autogestados pelos trabalhadores na atual configuração capitalista. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, 2001.

CALBINO, D, et al. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável?. In: **Gestão Contemporânea (FAPA)**, v. 8, p. 129- 154, 2011.

CALBINO, D. e PAULA, Ana Paulo Paes de. Economia Solidária: uma investigação do estado da arte. **Revista Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 10, n. 14, p. 371-397, jul./dez., 2013. Disponível em <<http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

CAROLINA, Ana; TOLEDO, Dimitri A. C. Economia Solidária e relações de gênero: analisando uma nova relação de trabalho. In: XXX Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, setembro, 2010, disponível em <www.anpad.org.br>. Acessado em 25 out de 2014

COSTA, Jussara Carneiro. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiania. v. 14, n.1, p.19-27, jna/jun, 2011

CORRAGIO. J. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 35-47, 2002.

DEFOURNY, J. et al. Le fil conducteur de l'ouvrage: enjeux et chantiers de l'économie sociale. In: **Economie sociale: the third sector**. Économie sociale au Nord et au Sud. Bruxelles: Deboeck, p. 11-24, 1999.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo; Cortez e Instituto Paulo Freire, 2002.

FRANÇA F; LAVILLE J. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, C. G. A. Temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. In: **Eneo, Anais**, 2002

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 7, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n. 01, p. 09-19, 2002b.

GAIGER, Luiz I. Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista. **Revista Caderno CRH**. Salvador, UFBA, n. 39, p. 181-211, 2003.

GUTIERREZ, G. L. Da autogestão à economia social: a concepção de uma nova empresa. **Revista de Administração**. São Paulo, n. 33, p. 68-73, jan./mar., 1998.

KRAYCHETE, G. **Economia dos Setores Populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista RBCS**, v. 24, n. 69, fev/2009.

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. **Revista Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, SP, v. 21, n. 1, p. 119-132, jun. de 2009

LIPOVETSKY, Guilles e SERROY, Jean. Tradução de Vitor Silva. **Cultura Mundo**: respostas a uma sociedade desorientada. Lisboa/Portugal: Ed. 70, 2010

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE [online]**, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.

MAGALÃES, Ósia A.V. et.al. (Re) definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social : reflexões a partir de duas práticas sociais. **Cadernos EBAP. BR**, v. 4, n. 2, junho, 2002. Disponível em <www.ebap.br/cadernosebap>. Acesso em: 23 jun. 2014.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELLO, Ricardo F. de; MELLO, Ruth E.S. de. Tecnologia Social e Economia Solidária e as possibilidades de desenvolvimento sobre a economia. In: VII ENEPES, Teófilo Otoni, MG, set, 2010

MENEZES, Maria Thereza C. G. **Economia Solidária**: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro, Gramma, 2007.

MONTEIRO, Alcides. **Associativismo e novos laços sociais**. Lisboa: Ed. Quarteto, 2004.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades. **Revista Alcance – Eletrônica**, v. 16, n. 3, p.339-357, set., 2002.

MOURA, Maria Suzana e MEIRA, Ludimila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI v. 12 n. 1 p. 77-84, jun., 2002.

NARDI, Henrique Caetano; RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da economia solidária. **Revista Psico**, v. 40, p. 458-466, out/dez, 2009.

OLIVEIRA, Edson Marques. Por que empreendimentos sociais solidários “fracassam”? elementos de uma possível acomodação induzida. In: **Anais III Colóquio de Doutores do CES**, Universidade de Coimbra: Coimbra, Portugal, 2012, disponível em <<http://www.ces.uc.pt/coimbrac/pages/pt/comunicacoes-e-posters/806---edson-oliveira.html>>.

OLIVEIRA, Edson Marques. Relatório Pós-Doutoramento CES/PROSTAD. **Elementos de acomodação induzida e desafios da efetivação emancipatória dos empreendimentos de economia solidária: um estudo comparado Brasil/Portugal**. Coimbra/Portugal, 2014 (mimeo).

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares, MAFRA, Flávia Luciana Naves e MOREIRA, Lilian Barros Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar. 2012.

PALMIERI, Marilícia W. A.; BRANCO, Angela Uchoa. Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sócio-cultural construtivista. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, 2004, 17 (2), p. 189-198.

PAULI, J.; BENDER, N.; ZANELLA, W. Perfil de liderança em empreendimentos de economia solidária. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 37, n. 138, p. 93-104, jun., 2013.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, nov. 2012/abr 2013

QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?”. In: Santos (Org.), **Produzir para viver**, São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.

ROCHA, João Batista de Campos. A nossa natureza humana: um colóquio entre Atahualpa, Maturana e Morin. **Revista Phronesis** – curso de Direito da FEAD, n. 9, jan/dez, p. 111/123, 2013.

SAMPAIO, C. **Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia outra economia**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

SANTANA JUNIOR, G. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modelo de regulação social?** (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração da UFBA, 2007.

SATO, Leny et. al. **As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho**. Disponível em: <<http://seer.psicologia.uerj.br>>. Acesso em: 06 out. 2014.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. **Juntos**. Tradução de Clóvis Marques. Juntos: os rituais os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SENNETT, Richard. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVIA, Ferreira “New Paths for Third Sector Institutions. In: a Welfare State in Crisis: The Case of Portugal”, **Nonprofit Policy Forum**, 2015

SIMIONI, José Flávio et al. Lealdade e oportunidade nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **RESR, Piracicaba**, SP, v. 47, n. 03, p. 739-765, jul/set, 2009.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SNYDER, C.R.J., LOPES, S. **Psicologia Positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas**. Tradução Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SOARES, G; GOMES DE SÁ, M. Poder e Controle nas Organizações da Economia Solidária (OES): Aspectos das Relações Intra-Organizacionais. In: ENEO, 3. **Anais...** 2004.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, 1º semestre de 2002.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Tradução Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Ed. Texto & Grafia, 2004.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Tradução Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia Lda, 2004.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**, v. 26, n. 2, p. 69-94, jan./jun. 2008.

VAINER, C. Controle Político ou utopia experimental? **Unitrabalho Informa**, ano III n. 10, 2000.

VANDA, Ana Paula de Moura e BOCAJUVA, Pedro Claudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: Fase/Ippur/Lastro/UFPA, 2009.

VILELA, José Ricardo de Paula Xavier; CARVALHO NETO, Antonio; LOPES, Humberto Elias Garcia. Dirigentes de empresas privadas e de cooperativas: quem é mais autoritário? Uma visão do poder das organizações baseada na escala "F" de Adorno. In: **Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da AnPAD**, Belo Horizonte, MG, 2008.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da "Economia Solidária". **Katálisis [online]**. v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.

ZIZEK, Slavoj. **Viver no fim dos tempos**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa, Relógio D'água, 2011.